

MANIFESTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA

Assunto: Diluição e conservação de extratos alergênicos: competência do médico especialista em Alergia e Imunologia

Competência do especialista em Alergia e Imunologia

A matriz de competências da especialidade de Alergia e Imunologia, validada pelo MEC, prevê já no primeiro ano de residência médica (item 16) que o residente deve **dominar e realizar os procedimentos técnicos referentes à diluição e à conservação de extratos alergênicos**. Portanto, trata-se, de forma inequívoca, de atribuição intrínseca da formação essencial e obrigatória do especialista em Alergia e Imunologia.

O que diz a Resolução CFM nº 2215/2018

A Resolução 2215/2018 do Conselho Federal de Medicina estabelece normas mínimas para a utilização de extratos alergênicos em doenças alérgicas e faz distinção clara entre diluição e manipulação:

- **Diluição**: ato físico-químico de tornar uma solução menos concentrada em partículas do soluto, aumentando-se o solvente.
- Manipulação: ato de preparar, formular, misturar ou criar um medicamento.

O próprio CFM reconhece que os **processos de diluição da potência dos extratos alergênicos**, realizados por profissional habilitado, **não configuram manipulação farmacêutica nem alteração imunoquímica de produtos farmacêuticos**.

Além disso, dois considerandos da resolução são fundamentais:

- Os extratos alergênicos usados em imunoterapia (subcutânea ou sublingual) não se confundem com vacinas anti-infecciosas (como sarampo, caxumba, rubéola, difteria, tétano, coqueluche etc.), pois diferem em estabilidade, conservação e mecanismos de ação.
- Os testes alérgicos e a imunoterapia alérgeno-específica são procedimentos médicos reconhecidos pela Associação Médica Brasileira e pelo próprio CFM, cabendo ao alergista o planejamento técnico, a aplicação e o acompanhamento do tratamento.

Considerações finais:

A ASBAI reforça que o médico especialista em Alergia e Imunologia tem competência técnica e respaldo legal para realizar a **diluição de extratos alergênicos** em testes diagnósticos e na imunoterapia específica. Tal prática é diferente de manipulação de medicamentos e deve ser reconhecida e acolhida durante as ações fiscalizatórias.





Referências normativas

- Matriz de Competências da Residência Médica em Alergia e Imunologia-MEC.
- Resolução CFM nº 2.215, de 2018.

São Paulo, 10 de setembro de 2025.

Diretoria ASBAI – Biênio 2025/2026

DC de Imunoterapia

DC de Alérgenos e Provas Diagnósticas

Comissão de Ética e Defesa Profissional

